

ANTÓNIO FRANCISCO SOUSA

# MANUAL DE DIREITO POLICIAL

Direito da ordem e segurança públicas

2.<sup>a</sup> EDIÇÃO

**VidaEconómica**

## FICHA TÉCNICA

### **Título**

Manual de Direito Policial - 2ª Edição

### **Autor**

António Francisco de Sousa

### **Editor**

Vida Económica – Editorial, SA  
R. Gonçalo Cristóvão, 14 - 2º • 4000-263 Porto  
www.vidaeconomica.pt • <http://livraria.vidaeconomica.pt>

### **Composição e montagem**

Vida Económica

### **Impressão e acabamento**

Europress

### **Depósito Legal**

514766/23

### **ISBN**

978-989-788-021-6

Executado em abril de 2023



A cópia ilegal viola os direitos dos autores.  
Os prejudicados somos todos nós.

© Todos os direitos reservados para Vida Económica, Editorial, SA

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida, no todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, eletrónico ou de gravação, ou qualquer outra forma copiada, para uso público ou privado (além do uso legal como breve citação em artigos e críticas) sem autorização prévia por escrito da Vida Económica – Editorial, S.A.

**Veja no final deste livro como se registar na n/ editora e receber informação sobre lançamentos, iniciativas e promoções da Vida Económica – Editorial SA**

# PLANO GERAL

## PARTE 1

### CONCEITO, ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA

Capítulo 1. Conceito de polícia

Capítulo 2. Origem e evolução histórica da polícia

## PARTE 2

### POLÍCIA ADMINISTRATIVA E FORÇAS DE SEGURANÇA

Capítulo 3. A polícia administrativa

Capítulo 4. As forças de segurança

Capítulo 5. As forças de segurança face à polícia administrativa

Capítulo 6. As forças de segurança face ao M.º P.º: polícia entre  
prevenção e repressão

## PARTE 3

### ATUAÇÃO POLICIAL EM GERAL

Capítulo 7. Fundamentos e princípios de atuação

Capítulo 8. Perturbação e perturbador

## PARTE 4

### ATUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA EM ESPECIAL

Capítulo 9. Medidas de polícia

Capítulo 10. Uso da força pela polícia

# ÍNDICE DE MATÉRIAS

## PARTE 1 CONCEITO, ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA

### CAPÍTULO 1- CONCEITO DE POLÍCIA

1. Aproximação à noção de polícia.....	41
2. Autoridades e forças de polícia.....	45
3. Tipos de polícia e critérios para a sua classificação.....	46
3.1. Polícia administrativa e polícia judiciária .....	47
3.2. Diversidade de polícias administrativas .....	47
3.3. Polícia administrativa e forças de segurança .....	50
3.4. Polícia preventiva e polícia repressiva .....	51
3.5. Polícias gerais e polícias especiais.....	52
3.6. Polícia administrativa e polícia política.....	52
3.7. Polícia de defesa do Estado e serviço de informações e segurança (SIS).....	53
3.8. Polícia municipal e polícia estadual .....	54
4. Elementos caracterizadores da polícia.....	54
5. Regime de polícia.....	57

### CAPÍTULO 2 - ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA

6. A polícia nos grandes impérios da Antiguidade .....	61
7. Evolução da polícia na Alemanha, em França e em Portugal	66
7.1. Na Alemanha .....	66
7.2. Em França.....	74
7.3. Em Portugal.....	85
7.3.1. As primeiras leis penais.....	86

7.3.2. A polícia administrativa medieval.....	87
7.3.3. Os quadrilheiros .....	89
7.3.4. A reforma do Marquês de Pombal.....	93
7.3.4.1. A Intendência-Geral de Polícia .....	93
7.3.4.2. Uma polícia iluminista de bem-estar social ....	97
8. A segurança no Estado moderno: o despertar das consciências para a importância da segurança e a necessidade de a garantir	107
8.1. A segurança como pressuposto da existência do Estado e dos direitos e liberdades individuais.....	107
8.2. Reavaliação da ideia de segurança .....	110
9. Gênese e evolução dos modernos corpos de polícia .....	111

### **CAPÍTULO 3 - A POLÍCIA ADMINISTRATIVA COMO AUTORIDADE DE ORDEM PÚBLICA**

10. Legitimação da atuação das autoridades de polícia administrativa .....	127
10.1. A ordem pública na Constituição e na lei .....	128
10.2. A ordem pública geral como fundamento de atuação da autoridade de polícia administrativa.....	134
10.2.1. Ordem pública geral e ordem pública especial.....	135
10.3. Ordem pública, liberdade e legalidade.....	138
1.03.1. Estado de ordem .....	138
10.3.2. Ordem pública e liberdade .....	140
10.3.3. Ordem pública e legalidade.....	143
10.3.4. Ordem pública e dignidade da pessoa .....	148
10.3.5. Ordem pública, bons costumes e moral pública ...	151
10.4. Critérios para a delimitação da ordem pública especial face à ordem pública geral.....	154
10.5. Relatividade da ordem pública geral e da distinção entre ordem pública geral e ordem pública especial ....	157
11. Autoridades, órgãos e competências de polícia .....	161
11.1. Polícia administrativa geral: autoridades e competências	161
11.2. Governo .....	161
11.1.2. Autoridades locais .....	164
11.2. Polícia administrativa especial: objeto, autoridades e competências.....	168

---

11.2.1. Polícia de segurança .....	169
11.2.2. Polícia dos bons costumes: defesa dos fundamentos morais e éticos da sociedade.....	170
11.2.3. Polícia económica.....	171
11.2.4. Polícia da publicidade.....	174
11.2.5. Polícia sanitária .....	176
11.2.6. Polícia dos espetáculos .....	180
11.2.7. Polícia de viação .....	182
11.2.8. Polícia das atividades desportivas e recreativas .....	186
11.2.9. Polícia das edificações.....	192
11.2.10. Polícia dos estabelecimentos.....	193
11.2.11. Polícia do trabalho .....	194
11.2.12. Polícia das águas e resíduos .....	195
11.2.13. Polícia do ambiente.....	196
11.2.14. Polícia das atividades culturais.....	198
11.3. Polícia municipal institucional .....	199
11.3.1. Origem, evolução e caracterização .....	199
11.3.2. Natureza jurídica e regime da polícia municipal.....	201
11.3.3. Funções atuais das polícias municipais.....	202
12. Atuação das autoridades de polícia administrativa.....	206
12.1. Formas jurídicas de exercício do poder policial em geral	206
12.1.1. Dificuldades da distinção entre ação preventiva e ação repressiva.....	208
12.1.2. Formas preventivas de atuação.....	210
12.1.3. Caráter restritivo das formas preventivas de atuação..	214
12.1.4. Formas repressivas de atuação.....	216
12.2. Outras formas jurídicas de atuação: vias contratuais....	218
12.3. Atuação material de manutenção da ordem e direito à intervenção .....	221
12.4. Atuação material e realização de obras.....	223
13. Polícia interna .....	224
14. Salvaguarda da ordem e segurança públicas por entes privados e por entes independentes .....	226
14.1. Entes privados como titulares de poderes de polícia....	226
14.2. Exercício de poderes de polícia por entes públicos independentes .....	229

14.3. Empresas públicas.....	231
14.4. Concessionários.....	231
14.5. Instituições privadas de interesse público com poderes policiais .....	233
14.6. Exercício de atividades policiais por particulares.....	233
14.7. Empresas de segurança privada.....	235
14.8. Dever de colaboração para a salvaguarda da ordem e segurança públicas .....	238
14.8.1. Dever de colaboração das forças de segurança com as autoridades administrativas e entre estas ....	238
14.8.2. Dever de colaboração entre entidades públicas e privadas .....	239
14.8.3. Dever de colaboração dos particulares com as autoridades administrativas .....	240

## **CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA**

15. As forças de segurança no direito comparado.....	244
15.1. Caracterização geral das forças de ordem e segurança na Europa ocidental.....	244
15.1.1. Centralização e hierarquização das forças de segurança.....	245
15.1.2. Número de forças de segurança e suas funções ....	246
15.1.3. Cooperação europeia em matéria policial.....	247
15.2. Configuração das FO SP na Alemanha e em França.....	248
15.2.1. Na Alemanha .....	248
15.2.2. Em França .....	254
16. As forças de segurança em Portugal .....	255
16.1. Fundamento jurídico-constitucional e política de segurança interna.....	255
16.1.1. Conceito de “segurança interna” .....	256
16.1.2. Fundamento jurídico-constitucional .....	257
16.1.3. Política de segurança interna.....	257
16.2. Tipologia e enquadramento das forças policiais.....	260
16.2.1. Enquadramento geral.....	260
16.2.2. Tipologia das polícias portuguesas.....	261

---

17. Funções, competências e formas de atuação .....	265
17.1. Conceitos fundamentais .....	265
17.2. Funções e competências das forças de segurança.....	273
17.2.1. Funções de assistência e socorro.....	274
17.2.2. Funções de auxílio e cooperação com a Administração .....	274
17.2.3. Funções de vigilância .....	275
17.2.4. Funções de prevenção do perigo para a ordem e segurança públicas .....	275
17.2.5. Prevenção e repressão de ilícitos.....	276
17.3. Formas de atuação das forças policiais.....	276
17.3.1. Ato policial.....	277
17.3.2. Ato material.....	279
17.4. Intervenção operacional. Combate operacional à criminalidade.....	285
18. Poderes de manutenção da ordem das forças de segurança.	286
18.1 Intervenção policial em situação de urgência .....	288
18.1.1 Urgência material e urgência temporal .....	289
18.2. Subsidiariedade das forças de segurança face às autoridades de ordenação .....	292
18.3. Urgência e proteção de direitos privados .....	297
18.4. Intervenção policial a pedido de autoridade administrativa .....	298
19. As forças de segurança e serviços afins.....	299
19.1. Forças de segurança e SIS .....	299
19.1.1. Caracterização dos serviços de informações em Portugal.....	299
19.1.2. Razão do aparecimento dos serviços de informações.....	300
19.1.3. Serviço de informações e segurança e polícias secretas ao serviço de ditadores.....	301
19.1.4. Serviços de informações e segurança e defesa do Estado de direito democrático .....	302
19.1.5. Serviço de informações e segurança e polícia: delimitação e colaboração.....	303

19.1.6. Interesse decrescente dos serviços de informações e segurança .....	306
19.2. Forças de segurança e serviço de estrangeiros e fronteiras	307
19.3. Forças de segurança e proteção civil.....	308
19.3.1. Aspetos comuns entre proteção civil e polícia .....	308
19.3.2. Organização e funcionamento da proteção civil em Portugal .....	309
19.3.3. Riscos a prevenir através de uma atividade planificada .....	309
19.3.4. Proteção civil e cidadão .....	310
19.3.5. Transnacionalização da ação de proteção civil .....	310

## **CAPÍTULO 5 - AS FORÇAS DE SEGURANÇA FACE À POLÍCIA ADMINISTRATIVA**

21. Relação entre autoridades de manutenção da ordem e polícia .....	315
21.1. Sistemas de relacionamento entre autoridades de manutenção da ordem e polícia .....	316
21.2. Dever geral de cooperação.....	320
21.2.1. Fundamentos e limites do dever geral de cooperação .....	320
21.2.2. Cooperação no domínio da execução.....	326
21.2.2.1 Caraterização geral.....	326
21.2.2.2. Pressupostos da cooperação no domínio da execução .....	328

## **CAPÍTULO 6 - AS FORÇAS DE SEGURANÇA FACE AO M.º P.º: POLÍCIA ENTRE PREVENÇÃO E REPRESSÃO**

22. Distinção entre medidas preventivas e medidas repressivas	331
22.1. Dificuldades da distinção .....	331
22.2. Consequências da distinção .....	334
22.3. Limites da ideia de prevenção.....	335
23. Medidas de dupla função.....	342
23.1. Conceito de medida de dupla função .....	342
23.2. Medidas típicas de dupla função .....	343
23.3. Regime das medidas de dupla função.....	344

24. Polícia e repressão de crimes e de contraordenações .....	346
24.1. Combate ao crime como função das FOSP.....	346
24.1.1. Em geral .....	346
24.1.2. Reserva de lei .....	349
24.1.3. Limites dos poderes de orientação do M.º P.º face às FOSP.....	350
24.2. Repressão de contraordenações pelas FOSP.....	354

## **CAPÍTULO 7 - FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO**

25. As forças de segurança como autoridades de ordem e segurança públicas .....	359
25.1 Funções da cláusula geral de polícia .....	360
25.2. Intervenção policial com base na cláusula geral e em lei expressa .....	365
25.3 Bens protegidos pela cláusula geral.....	367
25.3.1. Ordem pública .....	367
25.3.1.1. Legitimidade e legalidade .....	367
25.3.1.2. Legalidade, moral e política .....	368
25.3.1.3. Ordem pública como fonte de habilitação das forças de segurança.....	368
25.3.1.4. Intervenção das autoridades policiais com base na ordem pública .....	371
25.3.1.5. Estado e moral .....	374
25.3.2. Segurança pública.....	375
25.3.2.1. Conceito .....	375
25.3.2.2. Segurança pública como direito fundamental	376
25.3.2.3. Bens protegidos pela segurança pública.....	376
25.3.2.3.1. Defesa da ordem jurídica .....	377
25.3.2.3.2. Defesa do Estado e das suas instituições ..	380
25.3.2.3.2.1. Conceito.....	380
25.3.2.3.3. Defesa do Estado pela polícia, pelo SIS e pelo M.º P.º .....	381
25.3.2.3.3. Defesa de bens individuais .....	382
25.3.2.3.3.1. Em geral .....	382
25.3.2.3.3.2. Autoexposição ao perigo.....	386

26. Princípios jurídicos de atuação policial.....	393
26.1. Juridicidade da atuação policial.....	393
26.2. Discricionariedade funcional das forças de segurança .	398
26.2.1. Discricionariedade policial fundada nas exigências da atividade policial.....	400
26.2.2. Formas de manifestação da discricionariedade policial .....	406
26.2.3. Limitações à discricionariedade policial.....	407
26.2.4. Redução da discricionariedade policial a zero.....	409
26.2.5. Critérios da intervenção policial.....	410
26.2.6. Direito do cidadão à intervenção policial.....	415
26.3. A “margem de apreciação” policial face ao Estado de direito .....	417
26.4. Eficiência e simplificação das operações policiais.....	421
26.5. Princípio da proporcionalidade .....	425
26.5.1. Base legal e caracterização jurídica.....	425
26.5.2. Fim da norma .....	426
26.5.3. Aptidão .....	427
26.5.4. Indispensabilidade.....	429
26.5.5. Proporcionalidade em sentido estrito .....	432
26.6. Princípio da determinação .....	433
26.7. Princípio da possibilidade de cumprimento.....	434
26.8. Princípio da aceitação de meio alternativo.....	435

## **CAPÍTULO 8 - PERTURBAÇÃO E PERTURBADOR**

27. Perturbação da ordem e segurança públicas: o perigo policial .....	437
27.1. Caracterização do perigo policial .....	438
27.1.1. O perigo policial em geral.....	438
27.1.2. Perigo policial como previsão: objetividade e subjetividade .....	441
27.1.3. Origem do perigo policial: conduta humana ou força da natureza.....	442
27.1.4. Objetividade e subjetividade na apreciação do dano policial .....	442
27.1.5. Correta avaliação do perigo.....	443

---

27.1.6. Perigo, risco, vulnerabilidade e exposição .....	443
27.1.7. Probabilidade de ocorrência do dano .....	453
27.1.8. Prevenção e precaução: preparação para a prevenção do perigo.....	454
27.1.9. Dano policial .....	457
27.1.10. Dano, mero incômodo, depreciação ou desvalorização do bem .....	457
27.1.11. Grau de afetação e valor do bem atingido .....	459
27.1.12. Conclusão .....	460
27.2. Prevenção do perigo e promoção do bem-estar .....	461
27.3. Tipologia, graduação e caracterização dos perigos policiais .	463
27.3.1. Tipologia de perigos policiais e graus de intensidade.	463
27.3.2. Aparência de perigo como perigo policial.....	467
27.3.3. Suspeita de perigo e perigo policial.....	468
27.3.4. Aparência de perigo e suspeita de perigo .....	471
27.3.5. Perigo putativo ou perigo aparente .....	471
27.3.6. Perigo concreto e perigo abstrato .....	472
27.3.7. Perigo iminente.....	475
27.3.7.1. Perigo iminente em geral .....	475
27.3.7.2. Perigo iminente: princípio da não simplificação das operações .....	477
27.3.7.3. Perigo iminente, competência de urgência e poder de substituição .....	478
27.3.8. Perigo atual.....	480
27.3.9. Perigo imediato: princípio da primeira confrontação.	481
27.3.10. Perigo latente .....	482
27.3.11. Conclusão.....	484
27.4. O perigo policial e os “sem-abrigo” .....	485
27.5. Quando sinótico dos perigos policiais.....	491
28. O perturbador da ordem e segurança públicas e sua responsabilização policial .....	492
28.1.1. Caracterização do perturbador policial e critérios para a sua responsabilização .....	492
28.1.2. Caracterização do perturbador: perturbador de conduta e perturbador de situação .....	493
28.2. Determinação da responsabilidade .....	497

28.2.1. Causalidade jurídico-policial e teoria da equivalência	497
28.2.2. Concurso de perturbadores e escolha entre eles ...	505
28.2.3. Responsabilização subsidiária ou complementar...	510
28.2.4. Responsabilização por animais e coisas.....	512
28.2.5. Responsabilização por animais: o caso especial dos cães.....	520
28.2.6. Responsabilização policial: particulares e Administração pública .....	525
28.2.7. Transmissão das obrigações policiais.....	530

## **CAPÍTULO 9 - MEDIDAS DE POLÍCIA**

### **A - Medidas para a obtenção aberta de dados e informações**

29. Intimação de comparência .....	536
29.1 Precisão conceptual. ....	537
29.2. Requisitos da intimação de comparência. ....	538
29.3. Forma da intimação policial de comparência e quando poderá ter lugar. ....	539
29.4. Comparência imediata. ....	539
29.5. Meios de imposição coativa. ....	539
29.6. Ordem de comparência e dever de informação. ....	540
29.7 Ordem de comparência para fins de informação: dever de ir ao encontro do cidadão. ....	541
29.8. Ordem de comparência para fins de perseguição criminal. ....	541
29.9 Ordem de comparência para fins de reconhecimento..	542
30. Interrogatório policial e dever dar informações do destinatário..	542
30. 1. Conceito. ....	543
30.2. Interrogatório e simples receção de informações. ....	544
30.3. Interrogatório e simples diálogo. ....	545
30.4. Destinatários do interrogatório. ....	547
30.5. Âmbito material do interrogatório. ....	548
30.6. Métodos de interrogatório: maquinações, coação física, coação psicológica, ameaças, promessas ilícitas. ....	548
30.7. Direito a não responder. ....	550
30.8. Dever de prestar informação no âmbito da prevenção do perigo. ....	551

---

30.9.Exceções à obrigação de prestar informação dos policionalmente responsáveis. ....	554
30.10. Dever de informar quando daí resulte prejuízo para o próprio. ....	555
30.11. Emprego de coação. ....	556
31. Identificação ou controlo da identidade.....	558
31.1. Delimitação conceptual.....	558
31.1.1. Conceito e origem. ....	558
31.1.2. Relevância da identificação. ....	559
31.1.3. Caráter ablativo da identificação. ....	559
31.1.4. Identificação preventiva e repressiva. ....	560
31.2. Controlo de identidade de polícia criminal.....	560
31.3. Controlo de identidade de polícia administrativa.....	564
31.3.1. Caraterização e fundamento da identificação preventiva.....	564
31.3.2. O fundamento justificativo do controlo preventivo ..	565
31.3.3. Natureza da restrição resultante da identificação preventiva: .....	566
31.3.4. Identificação e Estado de direito. ....	567
31.3.5. Direito comparado. ....	567
31.3.6. Identificação para a prevenção do perigo. ....	568
31.3.7. Aptidão da identificação para a prevenção do perigo.	568
31.3.8. Identificação para a proteção de direitos privados. ....	569
31.3.9. Locais de identificação: h1) Identificação nos postos de controlo. ....	570
31.3.10. Identificação nos acessos a reuniões e manifestações.....	570
31.3.11. Identificação na área de movimentação de pessoa especialmente ameaçada. ....	571
31.3.12. Identificação em locais de risco. ....	572
31.3.13. Identificação em objetos ou instituições de risco.....	573
31.3.14. Identificação em locais habitualmente frequentados por delinquentes. ....	573
31.3.15. Identificação de rotina em “zona de criminalidade”...	574
31.3.16. Identificação no local de realização de rusga. ....	575

31.3.17. Controlo de identidade dos automobilistas. ....	576
31.3.18. Procedimento do controlo de identidade. ....	577
32. Reconhecimento da identidade (identificação) .....	577
32.1. Caracterização e legitimidade do reconhecimento de identidade .....	577
32.1.1 Em geral. ....	577
32.1.2. Precisão conceptual .....	578
32.1.3. Competência para o reconhecimento de identidade. .	579
32.1.4. Autorização legal. ....	579
32.1.5. Medidas de reconhecimento da identidade sem conhecimento do atingido .....	580
32.2. Pressupostos e procedimento das medidas de reconhecimento da identidade .....	581
32.2.1. Pressupostos. ....	581
32.2.2. Procedimento de reconhecimento para fins de identificação. ....	581
32.3. Reconhecimento de identidade e combate preventivo à criminalidade.....	582
32.4. Reconhecimento da identidade de pessoas “sem domicílio” .....	583
33. Controlo de documentos de permissão.....	584

## **B. Medidas de recolha secreta de dados e informações**

34. Observação prolongada e emprego de meios humanos e tecnológicos.....	585
34.1. Escutas telefónicas e “vigilância de escuta” em geral...	585
34.2. Agentes secretos, pessoas de contacto e informações de arrependidos.....	589
34.3. Mera vigilância e observação policial.....	590
34.3.1. Vigilância por vídeo de locais públicos e abertos ao público.....	590
34.3.2. Observação policial para o combate preventivo à criminalidade.....	591
34.4. Confrontação de dados .....	592
34.4.1. Confrontação dos dados de busca com dados administrativos .....	592

### C. Medidas orientadas para a segurança de pessoas e bens

35. Ordem de abandono de local público ou aberto	
ao público .....	593
35.1. Em geral. ....	593
35.2. Destinatários. ....	594
35.3. Natureza. ....	594
35.4. Casos típicos de aplicação. ....	594
35.5. Casos de aplicação controversa. ....	595
36. Colocação em segurança, apreensão, selagem e depósitos	
à ordem do tribunal.....	596
36.1. Delimitação conceptual.....	597
36.2. Ato administrativo prévio à apreensão.....	600
36.3. Fins da apreensão e da colocação em segurança.....	601
36.4. Domínios típicos da apreensão e colocação em segurança .	605
36.4.1. Apreensão de veículos. ....	605
36.4.2. Apreensão de material pornográfico. ....	606
36.4.3. Apreensão de fotografias e outras gravações. ....	607
36.4.4. Apreensão policial de objetos de imprensa. ....	607
36.4.5. Apreensão no local de detenção. ....	608
36.5. Guarda de objetos apreendidos.....	610
36.6. Utilização, aproveitamento e venda em hasta pública ..	614
36.7. Perda a favor do Estado, destruição e inutilização	
de objetos apreendidos.....	616
36.8 Restituição dos objetos apreendidos ou do produto	
da sua venda.....	618
37. Revista policial .....	619
37.1. Conceito e natureza jurídica.....	619
37.2. Revista do corpo e investigação do corpo .....	622
37.3. Âmbito do poder de revista.....	623
37.4. Competência e fins da revista.....	624
37.4.1. Competência e fins da revista de polícia criminal. ....	624
37.4.2. Revista para a segurança da própria polícia ou	
de terceiros. ....	627
37.4.3. Revista para fins de colocação em segurança	
de meios de prova de crimes. ....	628

37.4.4. Revista para fins de determinação de identidade de pessoa que o não pode fazer. ....	628
37.4.5. Revista a pessoas que se encontram próximo da “área de movimentação” de pessoas que estão em grave perigo. ....	629
37.4.6. Revista por ocasião de uma detenção, para fins de apreensão. ....	629
37.4.7. Revista em locais perigosos ou ameaçados. ....	630
37.5. Procedimento da revista .....	630
38. Busca policial em geral.....	631
38.1. Conceito e caracterização geral .....	631
38.2. Objeto e local da busca .....	632
38.3. Fins da busca .....	634
38.3.1. Busca para prevenir perigos para pessoas. ....	634
38.3.2. Busca repressiva de pessoas para fins de detenção	635
38.3.3. Busca para fins de apreensão ou colocação em segurança de objetos. ....	635
38.3.4. Busca para fins de identificação. ....	635
38.4. Busca de polícia criminal e busca preventiva.....	636
38.4.1. Pressupostos e competência .....	636
38.4.1.1. Caracterização geral. ....	636
38.4.1.2. Pressupostos materiais da busca de polícia criminal. ....	636
38.4.1.3. Competência para ordenar a busca de polícia criminal. ....	637
38.4.1.4. Busca de coisas ou pessoas em locais perigosos ou especialmente ameaçados. ....	638
38.5. Ligação da busca policial a outras operações policiais ..	638
38.6. Procedimento da busca: conformação legal, exibição de documento de autorização e emissão de documento comprovativo.....	638
38.7. Casos específicos de busca.....	640
39. Entrada e busca domiciliares .....	641
39.1. Conceitos fundamentais: domicílio, entrada e busca domiciliar.....	642

---

3.9.1.1. Domicílio .....	642
39.1.2. Entrada e busca no domicílio. ....	643
39.2. Fundamento constitucional da entrada e busca domiciliárias .....	644
39.3. Regime legal .....	647
39.4. Entrada e busca em período diurno ou noturno.....	648
39.5. Entrada e busca domiciliárias em caso de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada .....	650
39.6. Entrada e busca preventivas .....	652
39.7. Direitos de quem exerce legitimamente o poder material sobre o domicílio .....	655
39.8. Dever de emissão de documento comprovativo .....	658
40. Detenção policial.....	658
40.1. Delimitação conceptual .....	658
40.2. Caracterização da detenção policial preventiva .....	660
40.3. Indispensabilidade da detenção .....	662
40.4. Reserva de lei e reserva de juiz; privação e mera restrição da liberdade.....	664
40.5. Duração da detenção .....	667
40.6. Modalidades e fins da detenção policial .....	669
40.6.1. Detenção para a prevenção de crimes ou para impedir a sua continuação. ....	669
40.6.2. Detenção para prevenir ou combater contraordenações de relevante importância (de significativa gravidade). ....	671
40.6.3. Detenção associada a reuniões e manifestações e a espetáculos desportivos. ....	672
40.6.4. Detenção para fazer cumprir uma ordem de abandono de local. ....	672
40.6.5. Detenção de pessoas em fuga. ....	674
40.7. Casos atípicos e de legitimidade duvidosa de detenção policial .....	675
40.7.1. Detenção de espera. ....	675
40.7.2. Detenção imprópria (falsa detenção). ....	676
40.7.3. Custódia de proteção. ....	677
40.7.4. “Detenção” por perigo de suicídio. ....	678
40.7.5. “Detenção” por perigo proveniente de terceiro. ..	678

40.8. Controlo judicial a posteriori da detenção .....	679
40.8.1. Reserva de juiz. ....	679
40.8.2. Devolução à liberdade antes de decisão do tribunal. .	680
40.8.3. Determinação do tribunal competente. ....	681
40.8.4. Requisitos do pedido de decisão e da própria decisão judicial.....	682
40.9. Regimes especiais de detenção: menores e entidades que gozam de imunidade .....	684
40.9.1. Menores.....	684
40.9.2. Detenção de pessoas em regime de imunidade. ....	687
40.10. Tratamento de detidos.....	688
41. Rusga policial .....	691
42. Outras medidas policiais.....	692

## **CAPÍTULO 10 - USO DA FORÇA PELA POLÍCIA**

43. Enquadramento geral das forças de segurança enquanto autoridades administrativas e enquanto braço coativo do Estado .....	699
44. Exigências gerais da execução administrativa .....	700
44.1. Execução administrativa e execução de direitos civis...	700
44.2. Princípios jurídicos gerais da execução coativa dos atos administrativos .....	701
44.3. Pressupostos da execução coativa.....	702
44.4. Fins da execução do ato administrativo .....	704
44.5. Meios de execução coativa do ato administrativo .....	704
44.6. O procedimento de execução coativa.....	706
45. Execução administrativa e execução policial.....	709
45.1. Coação como complemento auxiliar da execução .....	709
45.2. Especificidade da execução policial e regime supletivo do CPA .....	710
45.3. Execução imediata sem ato administrativo prévio.....	711
45.4 Execução direta e execução indireta .....	715
46. Coação policial.....	716
46.1. Delimitação conceptual da coação policial .....	716
46.2. Implicações da coação para o legislador e para a autoridade aplicadora.....	717

47. Fins e meios de coação policial.....	718
47.1. Fins da coação policial.....	718
47.2. Meios de coação policial.....	719
47.2.1. Coação física (coação direta).....	719
47.2.1.1 Caraterização geral .....	719
47.2.1.2. Meios auxiliares da coação física em geral .....	721
47.2.1.3. O caso específico das armas .....	726
47.2.1.4. Munições .....	728
47.2.1.5. Reserva de lei no domínio das armas e munições....	729
47.2.2. Ação substitutiva (coação indireta) .....	730
47.2.3. Imposição pecuniária compulsória .....	732
48. Procedimento de emprego de coação.....	733
48.1. Intimação ou ameaça de emprego de coação .....	734
48.2. Prazo de cumprimento e aplicação imediata do meio de coação sem intimação prévia.....	737
48.3. Exercício da coação ameaçada pelo meio indicado .....	738
49. Uso de armas de fogo pela polícia .....	739
49.1. Conceito de arma de fogo.....	739
49.2. Arma de fogo como meio de extrema coação.....	740
49.3. Exigências da lei de uso de arma de fogo: clareza, determinação e proporcionalidade .....	740
49.4. Juridicidade da coação policial.....	742
49.4.1. Preferência e reserva de lei.....	742
49.4.2. Reserva de lei em geral .....	742
49.4.3. Clarificação do conceito de ingerência nos direitos e liberdades dos cidadãos.....	743
49.4.4. Intervenção policial e ingerência na liberdade artística	744
49.4.5. Coação policial e tortura.....	745
49.5. Liberdade ou vinculação no exercício da coação e em especial no uso de armas de fogo: “margem de estratégia para a melhor intervenção” .....	747
49.5.1. Em geral .....	747
49.5.2. O caso específico da reação estratégica em concentrações de pessoas total ou parcialmente amotinadas	748
49.6. Princípio da proporcionalidade .....	749
49.6.1. Aptidão.....	750

---

49.6.2. Indispensabilidade .....	750
49.6.3. Proporcionalidade em sentido estrito .....	750
50. Princípio da precedência do uso de arma de fogo contra coisas .....	751
51. O uso de arma de fogo contra coisas .....	752
52. Uso de arma de fogo contra pessoas, com risco de causar a morte .....	754
52.1. Princípio da subsidiariedade .....	754
52.2. Fins do uso de arma de fogo contra pessoas.....	754
52.2.1. Para repelir a agressão atual ilícita dirigida contra o agente ou terceiros, se houver perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física .....	755
52.2.2. Prevenir a prática de crime particularmente grave que ameaça vidas humanas .....	757
52.2.3. Para proceder à detenção de pessoa que represente ameaça para vidas humanas que resista à autoridade ou para impedir a sua fuga.....	758
52.3. Procedimento de uso de arma de fogo contra pessoas	758
53. O tiro com intenção de matar.....	761
53.1. Fim “salvífico”.....	763
53.2. Compatibilidade do tiro “salvífico” com o Estado de direito.	763
53.3. Primazia da vida da vítima sobre a vida do perturbador....	765
53.4. Tiro mortal para a defesa da integridade física.....	766
53.5. Tiro mortal para a defesa de outros bens de elevado valor..	767
53.6. Aptidão do tiro: perigo para terceiro .....	767
53.7. Limites do poder negocial da polícia com o agressor ..	769
53.8. Dificuldades inerentes à investigação do perigo como pressuposto do tiro mortal: atualidade do perigo e perigo para terceiro.....	770
53.9. Dever de socorrer o atingido.....	772
54. Sinais de mudança no domínio do uso de armas de fogo pela polícia .....	773
ÍNDICE REMISSIVO .....	777
BIBLIOGRAFIA.....	793

A ordem e a segurança públicas são fundamentais à efetivação do Estado de direito. Sem elas os direitos e liberdades dos cidadãos e o funcionamento das instituições ficam seriamente ameaçados. Mas tão importante como consagrar direitos e liberdades é assegurar as condições da sua efetivação. A função de salvaguarda da ordem e segurança públicas está a cargo das autoridades policiais, sejam autoridades administrativas em geral ou forças de ordem e segurança públicas.

O direito policial abarca a organização e o funcionamento das autoridades policiais, nas suas diferentes aceções e manifestações, mas também o seu relacionamento com o particular. Assim, o direito policial interessa ao legislador, aos investigadores, aos profissionais do direito, especialmente advogados e magistrados, aos estudantes de direito e muito particularmente a todos aqueles que no dia a dia estão encarregados de aplicar a lei policial. Por fim, o direito policial interessa ao cidadão em geral, não só porque assegura as condições de exercício dos direitos e liberdades, mas também porque incide simultaneamente sobre a limitação desse mesmo exercício. Assim, da extrema importância do direito policial no Estado de direito resulta a necessidade do seu estudo aprofundado.

---

## **António Francisco Sousa**

- Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto
- Doutor pela FDUP
- Doutor pela FLUP
- Mestre pela FDUC
- Mestre pelo IDP Freiburg (Alemanha)
- Licenciado pela FDUL

Visite-nos em  
[livraria.vidaeconomica.pt](http://livraria.vidaeconomica.pt)

[www.vidaeconomica.pt](http://www.vidaeconomica.pt)

ISBN: 978-989-788-021-6

